

# Sobre as manifestações de junho e suas máscaras

**Javier Alejandro Lifschitz**

*Professor da Unirio*

**E**m um texto da década de 1980, Alain Badiou (1985) dizia que a retirada do marxismo estava associada à retirada da própria política. Isso se expressava, entre outras formas, na uniformidade atingida pelos signos da política e na própria ineficácia das categorias de análise para pensar as transformações do espaço político. O autor concluía que pensar a política implicava se deslocar de paradigmas para ser capaz de formular os axiomas desse afastamento. Tratar-se-ia, então, de se formular um quadro abrangente capaz de tornar inteligível o fato de a política ter se transformado em uma “moleza estrutural”, sem aposta subjetiva. Suas referências eram basicamente da França, mas suas observações pretendiam ter alcance geral.

Transportemos agora esse quadro teórico para o que aconteceu no Brasil em 2013. Embora seja cedo para análises mais profundas, podemos constatar algo que chamou a atenção: a implicação emocional dos jovens. “Houve um despertar”, anunciavam os jornais. A faixa etária dos manifestantes sugeria um ritual de iniciação e lembrava as cerimônias de passagem para novos planos da subjetividade. Como observa Gabeira (21/06/2013) em um artigo publicado logo após as primeiras manifestações multitudinárias: “Nos anos 60, alguns, como eu, transitaram do existencialismo ao marxismo. Agora, o existencialismo parece estar de volta. De novo, uma parcela da juventude sai em busca de sentido: conectar as mentes, criar significados”.

Portanto, as manifestações de junho não correspondem à caracterização de Badiou. Contudo, o hiato aberto pelo autor na forma de conceber a política ainda deve ser considerado ao se avaliarem as manifestações. Ele se referia à necessidade de abandonar formas pautadas na consistência dos laços sociais, isto é, na premissa de que existem coletivos

e identidades sociais persistentes – o povo, o proletariado, a nação ou a classe social –, porque essa forma de pensar oculta uma outra dinâmica, a da desagregação dos laços sociais. Eles se desfazem e refazem com muita plasticidade, e Badiou foi um dos primeiros teóricos a formular o hiato entre essa dinâmica e o antigo modelo de representar a política.

Pensar o político era, pois, pensar sobre a inconsistência desses laços sociais, e essa perspectiva tornava caducas antigas questões, como a de tentar entender a lógica da representação de grupos e classes na arena política. O político devia ser pensado como um acontecimento, como algo que irrompe, podendo se perceber nele a própria inconsistência do social. A política como a irrupção do real e que se articula com o caráter imponderável adquirido pelo laço social. Portanto, era necessário uma mudança de rumo e passar de uma lógica da *representação* para uma lógica da *apresentação* do social, estabelecendo novas genealogias e marcas de referência.

## O passado da máscara

Ainda sob o impacto das grandes mobilizações de junho, o cientista social André Singer observou que as manifestações eram a expressão de grupos sociais diferentes dos que haviam apoiado Lula e a eleição da presidente Dilma. As manifestações eram efeito de outra genealogia social:

Minha hipótese é que as manifestações estão compostas de duas camadas sociais. Uma são os filhos de classe média tradicional, estabelecida assim há mais de uma geração, que possivelmente puxaram as manifestações. Elas ganharam essa adesão também do que chamo de novo proletariado. Não é uma nova classe média. São jovens que não pertencem a famílias de classe média, mas passaram a ter emprego por causa do lulismo. Mas têm empregos precários, com alta rotatividade, más condições de trabalho e baixa remuneração. Ao longo das manifestações, a participação do segundo grupo foi aumentando. Isso talvez explique por que, na segunda etapa, elas se expandiram pela Grande São Paulo, pelo Grande Rio e pelas cidades em torno das capitais. A segunda camada é muito mais extensa do que a primeira e mostra o potencial do movimento (SINGER e EVELIN, 24/06/2013, p. 88)

Singer se refere a esse desacoplamento dos laços sociais, mas parece não dar conta do corte provocado pelo movimento e de que “todo corte”, como dizia Badiou, “coloca em estado de ficção toda a política antiga”. Sem dúvida houve uma dificuldade em definir uma morfologia para essa presença maciça nas ruas, e isso se refletiu na própria dificuldade em lhe outorgar uma identidade: ora era um movimento, ora manifestantes; um movimento de classe média, mas também das periferias. De que silêncio o grito surgiu?

O fato é que naqueles dias de junho um modelo de representação política extravasou. Não havia liderança, não havia partido. Um movimento de massas sem representação, sem mediação, e convenhamos que isso é bastante singular considerando a tradição dos movimentos de massas, tanto no Brasil quanto no plano internacional. Tudo parecia uma ficção consagrada. Uma multidão sem partidos e sem uma identidade social explicitada, deslocando-se em direção a lugares legitimados do poder para expressar suas reivindicações. Não se tratava de legitimar o movimento garantindo seu reconhecimento político. Ele existia em si e se autovalidava como tal. Se orientava, sim, seguindo a lógica das consequências, sempre sujeita à tomada de decisões conforme os passos dados pelo adversário. Causas e efeitos que se sucediam em uma espiral abrangente:

Causa 1: protesto pelo aumento do preço das passagens de ônibus. Efeito 1: passeata pela redução do preço das passagens de ônibus.

Causa 2: diversos estados propõem a redução do preço das passagens de ônibus, a ser financiada com recursos públicos. Efeito 2: mobilização até o local da federação de empresários de transportes.

Causa 3: o governo analisa a situação do setor e se constata a formação de cartel e corrupção, envolvendo empresas e governo. Efeito 3: passeata até a casa do governador do Rio de Janeiro, no bairro de Leblon, onde a polícia reage de forma extremamente violenta.

Causa 4: a violência policial é registrada nas redes sociais e provoca fortes reações na mídia internacional. Efeito 4: nas manifestações seguintes, a polícia faz “corpo mole” (expressão popular que bem caracteriza uma atitude de resignação e complacência), permitindo que grupos avancem nas ruas como um poder demolidor e destrutivo.

Causas e efeitos desse tipo colocaram as manifestações em movimento e isso ocorreu tanto nas ruas quanto nas redes sociais, porque a lógica da replicação também se introduziu nesses tempos rápidos da comunicação global ininterrupta. As manifestações se estendem na madrugada por esse universo paralelo. Porém, houve um salto quântico, uma transformação morfológica que ainda permanece enigmática. Como pensar esse salto das redes às ruas e o retorno?

Na década de 1990, outros autores, como Michel Maffesoli, também refletiram sobre as “transfigurações do político” (2004). A política, segundo esse autor, está sofrendo uma implosão em cadeia, atingindo tanto os partidos quanto as ideias de nação, de Estado e as das próprias bases filosóficas do contrato social. A política tornou-se um motivo de desconfiança, como também observou Pierre Rosanvallon (2007), em seu livro *A política na era da desconfiança*. Os cidadãos estão se afastando da coisa pública, nota Maffesoli, e isso tem muito a ver com a incredulidade sobre as promessas da política. As esperanças messiânicas já não convencem. A política é incapaz de permanecer como suporte para o “adiamento do gozo”.

Portanto, há um certo consenso em relação ao fato de estarmos vivenciando o fim da política. Mas o posicionamento dos autores é bastante diferente no que diz respeito aos possíveis efeitos dessa situação. Para Badiou, o novo é essa desagregação dos laços sociais, enquanto para Maffesoli é precisamente uma pulsão gregária atravessando a sociedade em termos da revalorização dos laços comunitários. Contudo, este afirmava que tal tendência à proxemia não envolve o Estado. São aproximações empáticas com lugar na sociedade civil e fortes sentimentos de desconfiança e principalmente de indiferença com relação ao Estado.

Maffesoli, entretanto, considera situações em que essa pulsão gregária se produz a partir do confronto justamente com o Estado. Seriam ondas violentas nutridas pela luta contra seu poder. O tema remete a questão antropológica das sociedades contra o Estado, a morte sacrificial dos chefes políticos observada em distintos grupos tribais, ocorrida principalmente quando havia a necessidade de partilha de bens materiais ou simbólicos. Segundo o autor, algo parecido está acontecendo nas sociedades modernas: as comunidades estão sacrificando o Estado, ainda que isso ocorra mais pela via do afastamento que por ações violentas. Poder prescindir do Estado é uma forma de decretar sua morte simbólica.

Mas se transportarmos agora esse outro quadro teórico para as manifestações de junho, o sentimento de inadequação persistirá, porque o que se deu no Brasil foi uma implosão de demandas justamente para o Estado. Uma religação expressiva e desafiadora com a coisa pública: passe livre, investimento na educação e na saúde “com padrão FIFA”, reforma política, derrubada da PEC 37, derrogação de políticas homofóbicas. Os 300 mil jovens que ocuparam a Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, não se afastaram do Estado; muito pelo contrário, exigiram sua presença.

No momento em que é publicado este texto, acaba de ser lançado o novo livro de Manuel Castells, *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet* (2013). No momento em que escrevia, não havia ainda sido lançado. Em seu blog, o autor diz que analisa fundamentalmente os efeitos das redes na irrupção da “Primavera Árabe”, e essa perspectiva sem dúvida pode ajudar a entender alguns aspectos das manifestações brasileiras. Mas há outras dimensões não menos relevantes e uma delas é o fenômeno já apontado de deslocamento em massa das redes digitais para as ruas. O abandono, embora momentâneo, dos Playstations em direção a um aglomerado humano de impressionantes dimensões. De que vontade esse salto surgiu?

## **As máscaras e o espírito**

Segundo Hegel (2012), a política sempre está atrelada ao espírito de uma época. Mas ele acrescenta que essa conexão, embora interior e necessária, não é imediatamente percebida. É necessário fazer um percurso – cujos passos o filósofo delineia na *Fenomenologia do espírito* – que culmina na ideia de que o espírito de uma época é somente um. Uma mesma raiz cultural expressada em todos os campos do fazer, como na política, na religião, na arte, no comércio ou na indústria. Cada um desses fazeres se configura por aspectos culturais muito variados que se combinam de uma forma também singular, porém nenhum deles é contraditório em relação ao espírito da época. Todas as figuras singulares, todos os fragmentos de cultura, embora possam parecer antagônicos, conduzem a uma mesma raiz cultural.

Entretanto, a inteligibilidade dessa unidade não é imediatamente dada à percepção. Esta é para Hegel um dispositivo específico, diferente da reflexão, e que se caracteriza por captar a ordem simultânea das coisas. Percebemos coisas que estão acontecendo ao mesmo tempo, mas esse mecanismo não nos permite estabelecer conexões de sentido. Trata-se da percepção simultânea de objetos parciais que destacamos e enquadrados com relação ao restante do visível. Mas para onde orientar nosso olhar no meio de uma passeata com mais de 300 mil pessoas? Detivemo-nos em imagens de destruição e em tudo que nos ameaçava, como o fogo ou o avanço da polícia. Mas também olhamos para o que inquietava nossa percepção, talvez por serem imagens ambivalentes ou inadequadas nesse contexto. Foi o caso da máscara do personagem V, do filme *V de vingança*, sobre o qual falaremos adiante.

No mundo dos objetos, pode-se dizer que as máscaras são bastante singulares porque reproduzem a face humana ao mesmo tempo que a ocultam. Há uma vasta literatura sobre o uso da máscara no campo da antropologia e do teatro, mas essa característica a coloca, conforme a definição de Didi-Huberman (2011), entre as imagens dialéticas. São imagens para que olhamos ao mesmo tempo que somos por elas olhados. Ela impõe sua própria visualidade no espaço de nossas certezas visuais. Mas, além disso, o que inquieta nessa máscara específica é o jogo do qual nos convida a participar: uma imagem lúdica desengajada do contexto político local, excêntrica com relação aos ícones do protesto social, que se instalou como um passe nas mobilizações de junho. Até onde a ficção é capaz de atingir? Uma máscara teatral encenando a política, como acontecia na antiga Grécia, mas nessa encenação havia uma inversão estrutural. Os espectadores do mascarado V agora eram manifestantes e o personagem se transportava da cena cinematográfica para as ruas. Máscara e manifestantes se reencontraram, mas a mera presença desse ícone contribuiu para ficcionalizar essa experiência.

Contudo, esse objeto parcial parece insuficiente para explicar o clamor das ruas. Temos a necessidade de compreender o que aconteceu em realidade e a máscara parece estar longe de conferir um sentido aos acontecimentos. Desconsideramos as fachadas e os cenários, como dizia Goffman (1959), referindo-se à necessidade de simulação expressiva presente na vida social. Mas essas fachadas, esses objetos parciais, podem ser um elo nas conexões de sentido.

A primeira impressão sobre a fachada é que a maior parte dos ícones das mobilizações de outrora – como a imagem de Che Guevara, as bandeiras vermelhas e os punhos levantados – não está presente. Os ícones são outros e o corte é marcante. A máscara à qual nos referimos é a do filme *V de vingança* (MCTEIGUE, WACHOWSKI e WACHOWSKI, 2005), dos irmãos Wachowski, mas também uma adaptação de uma *graphic novel* da década de 1980, de Alan Moore e David Lloyd (2006)<sup>1</sup>. A história em quadrinhos tem como cenário uma Londres devastada por uma guerra nuclear e os autores parecem ter se inspirado no contexto político da Era Thatcher: “Um dos motivos que nos levou a criar o Estado policial e fascista britânico de *Vingança* foi nossa atitude perante o governo ultraconservador de Margaret Thatcher”, diz David Lloyd (02/03/2010). “A destruição desse sistema era a causa primordial para a existência de V.”

O cinema projetou V para o plano midiático e transnacional e esse ícone se incorporou a manifestações de cidades tão distantes como Istambul, Londres, Rio de Janeiro, São Paulo, passando a ser um dos referentes da mudança iconográfica das manifestações de massas. Toda uma fachada social dessas mobilizações saiu de cena e em seu lugar se apresentam outras figuras expressivas. O personagem provém do cinema e do quadrinho, mas suas transmutações não se encerram aí. Ele foi inspirado em um fato histórico ocorrido na Inglaterra em 1605 conhecido como a Conspiração da Pólvora e que culminou com o enforcamento público do líder católico Guy Fawkes. O grupo religioso do qual Fawkes fazia parte lutava contra a proibição dos direitos políticos dos papistas (HAYNES, 1994) e planejava explodir a Câmara dos Lordes quando o rei anglicano Jaime I estivesse reunido com os parlamentares. A conspiração foi descoberta e Fawkes, enforcado. Mas houve outros desdobramentos. O rei transformou o enforcamento em um símbolo e o dia 5 de novembro passou a ser celebrado em praças públicas com a queima de figuras representando os conspiradores e o papa. Essa tradição se conservou por quase três séculos, até que foi abolida para evitar conflitos com a Igreja Católica, mas foi retomada no século XX como um símbolo da liberdade e da luta contra o poder opressor. O 5 de Novembro continua a ser celebrado, embora hoje sejam queimadas figuras representando personagens públicos, como já aconteceu com Tony Blair e Osama Bin Laden.

1 A história em quadrinhos *V for Vendetta* foi originalmente publicada na forma de série em 26 números da revista *Warrior*, entre 1982 e 1985, sendo suspensa sem conclusão. Em 1988, a DC Comics – famosa editora de histórias de super-heróis, responsável por personagens como Batman e Super-Homem – assumiria a publicação até seu final, por mais duas edições, desta vez em cores. Em 1989, todo o conteúdo seria publicado pela primeira vez em um único volume e teria reedições seguidas nos EUA e no Reino Unido. A última, americana, é de 2008. (N. E.)

Portanto, a trajetória da máscara se imbrica com a luta contra os sistemas totalitários. No quadrinho está representado pelo regime fascista da “Nórdica Chama”, cuja aproximação com o imaginário orweliano é evidente, a começar pelo palco do conflito e pela figura do “Grande Irmão” que controla a intimidade dos corpos. Entretanto, na *graphic novel* é mais evidente a apropriação ficcional de componentes do nazifascismo, com sequestro e desaparecimento de negros, judeus, asiáticos, socialistas e homossexuais; instauração de campos de readaptação e uso da ciência para experiências com humanos; a coligação de grandes corporações; participação da Igreja no discurso ideológico e exércitos de policiais civis nas ruas. Esse tema político acompanha a trajetória metamórfica do personagem, iniciada com um fato histórico do século XVII, na década de 1980 passa a ser um quadrinho em chave anarquista e no século XXI se projeta no plano cinematográfico. Daí a máscara ser capturada atrás do palco e reaparecer no espaço da rua, em situações políticas das mais diversas e não necessariamente relacionadas com contextos totalitários, como nas passeatas dos indignados na Espanha, em Wall Street e agora nas avenidas das metrópoles brasileiras.

### **Liberalismo, anarquismo e rituais de iniciação**

Mas a máscara de V não é somente uma imagem. Convoça também o discurso de Guy Fawkes, Alan Moore e David Lloyd e dos irmãos Wachowski. E todos eles, com diferentes nuances, trazem à tona um velho tema do liberalismo e do anarquismo: a relação do indivíduo com o Estado. Para o liberalismo, essa questão é fundadora porque o Estado é concebido como um verdadeiro guardião das liberdades individuais, embora os autores liberais não negassem a possibilidade de ele se desviar desse mandamento. O Acordo do Povo, de 1649, considerado o primeiro manifesto democrático moderno, alertava os cidadãos contra o avanço do Estado sobre as liberdades individuais. Para o anarquismo, por sua vez, a coação é própria do Estado. Não se trata de um desvio que se pode corrigir, mas de ações inerentes ao domínio de classe. Por isso, para essa corrente, a luta contra o Estado é sempre legítima, como também os meios utilizados, sejam violentos ou não.

Para o liberalismo, a questão dos meios também está presente, mas de uma maneira muito mais circunscrita. Como observa Rosanvallon (2007), na prática das democracias liberais há duas formas de sancionar os desvios de Estado: o sufrágio e as formas contrapoder. Estas últimas envolvem da mera crítica ao poder público até o controle ativo de parte do povo sobre os governantes. Como aconteceu, de forma radical, na Revolução Francesa durante o período do Terror, ecos desse contrapoder reverberam em V: “Não é o povo que deve temer os governantes; são os governantes que devem temer o povo.” Após a Revolução, essas formas radicais ficaram desacreditadas, mas outras vias não deixaram de se desenvolver e multiplicar, o que Rosanvallon denomina “soberania negativa” (2007) e consiste no poder de mobilização da população para obstruir projetos de lei ou ações do poder público. O tema é tão relevante que alguns autores (JONES, 1994) consideram que as diferenças observadas nos sistemas políticos cada vez mais obedecem ao tipo de resposta dos Estados a esse tipo de pressão. Mas o quadrinho coloca em outros termos a questão dos meios disponíveis à população. Até que ponto deve-se inibir a escolha de meios contra o Estado quando se trata de governos totalitários? Lloyd (02/03/2010) responde:

A mensagem principal é que todo indivíduo tem o direito de ser um indivíduo, e como tal tem o direito e o dever de opor resistência ao conformismo. A resistência de V consiste em atacar diretamente as instalações governamentais e assassinar os seguidores do regime. Portanto não é uma simples história de uma batalha contra a tirania, mas uma história sobre o terrorismo e, de alguma maneira, sobre se o terrorismo pode ser justificado. Isso é algo que devemos tratar de compreender, caso alguma vez pretendamos resolver o problema que no mundo real nos aflige.

Não se trata de um manifesto e menos ainda de uma reflexão acadêmica, mas a história em quadrinhos não deixa de transmitir posições capazes de interferir na representação política. Porém, é um gênero de ficção e como tal escapa à ordem das clássicas narrativas políticas. Assim, posições que, do ponto de vista da teoria política, são antagônicas, aparecem na fala das personagens como se fossem intercambiáveis, principalmente no que diz respeito a um tema tão caro à juventude como o das liberdades individuais.

Mas a obra também introduz o tema do sinistro do totalitarismo e do terrorismo de Estado. V foi prisioneiro em um campo de readaptação e submetido a experimentos biológicos. Uma vítima da razão nazista, trazida à tona por personagens de ficção, como a cientista comandante da experiência: “Não lutam. Só ficam olhando para nós com seus olhos débeis. Parecem vermes. Quase não são humanos” (MOORE E LLOYD, 2006, p. 82). Nessa experiência, todos os pacientes morreram, menos o da cela V (cinco, em algarismo romano), que se torna um caso fascinante para ela. Sem qualquer anomalia celular, ele se destaca por sua personalidade magnética e seu olhar penetrante. Tem um comportamento aparentemente irracional, mas parece obedecer a uma fria lógica. Cria e cuida de flores com tanto esmero e dedicação que dão a ele fertilizantes e outros produtos químicos. Como narra a pesquisadora, é com esse arsenal caseiro que ele acaba fabricando um explosivo e implode todo o campo, conseguindo escapar: “Foi no pátio que o vi. Tinha as chamas às suas costas. Estava nu. Ele me olhou. Como se fosse um inseto” (Idem, p. 85)

Seu próximo passo é a vingança. Como um *serial killer*, ele assassina os carcereiros, o chefe da polícia, o pároco, o responsável da mídia – homicídios em cadeia no centro do aparelho de Estado. Uma vingança nietzchiana aos poderes instituídos, mas que tenta comprometer todos cidadãos, como ele expressa em um pronunciamento quando invade a TV:

Tivemos uma sucessão de malversadores, larápios e lunáticos tomando um sem-número de decisões catastróficas. Você deu a eles o poder para tomar decisões em seu lugar. Aceitou suas ordens insensatas sem questionar (Idem, pp. 118-119).

V como um Locke enlouquecido? Um anarquista destemido? As mobilizações de junho não foram mortíferas, mas atingiram infraestruturas do aparelho de Estado e lugares da memória nacional, como a esplanada do Congresso Nacional, o Palácio do Itamaraty, a Catedral Metropolitana, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a Prefeitura de São Paulo. Imagens de destruição que pareciam endossar o discurso do mascarado quando implode a cúpula do Parlamento: “Um edifício não é nada. São as pessoas que o adoram, que lhe dão poder, que o transformam em símbolo. Se destruímos o edifício, destruímos o símbolo.”

Mas essas ações implosivas foram limitadas. O mais impressionante foi o avanço da multidão nas ruas. Um fenômeno de massas tão compacto que as individualidades pareciam haver se diluído. Como diz Elias Canetti em *Massa e poder* (1983), as ações de massas são antagônicas à ideia de individualidade porque neutralizam as hierarquias integrantes do cotidiano das pessoas. Mas esses jovens marchando juntos pareciam ao mesmo tempo estar isolados. Como se preservassem sua individualidade ainda que fosse nas fileiras fechadas das marchas, e isso se manifestou no uso dos cartazes.

Para entender essa mudança, devemos lembrar que um elemento importante das fachadas de outrora era a longa faixa de pano que geralmente encabeçava a passeata e era sustentando por uma fileira de pessoas e que levava inscrita uma palavra de ordem. A diferença é marcante: nas recentes mobilizações, cada manifestante segurava seu próprio cartaz com sua própria palavra de ordem. Os cartazes diminuíram de tamanho e as frases, se multiplicaram. Cada cartaz aludindo a uma demanda de um eu, que se diferenciava da demanda do cartaz do lado. Ou seja, a diminuição do tamanho correspondia a essa forma de intervenção política individualizada. Com isso não estamos fazendo alusão à figura do indivíduo na tradição liberal. Trata-se, sim, de uma nova forma de conceber a ação política como um microagenciamento. Cada manifestante fazendo de sua reivindicação um agenciamento em grande parte voltado à gestão expressiva de um conteúdo singular em um contexto semântico extremamente heterogêneo. As palavras de ordem cobriam um amplo leque, indo desde a homofobia até a reforma política. Portanto, as mudanças na fachada estão relacionadas a mudanças na forma de intervenção. Nesse sentido, ela se articula como essa forma política inaugural que são os microagenciamentos.

Na realidade, as manifestações foram inaugurais em diversos sentidos, a começar pelo fato de para muitos jovens ser sua primeira participação na política. Como dissemos, um ritual de iniciação, envolvendo mudanças na percepção do eu. Mas sem querer forçar a analogia, cabe a observação antropológica de que nesses ritos há também desprendimentos, abandono de atitudes, de formas de convivência e em alguns casos até troca de identidade (TURNER, 1974).

E nesse rito, em que os jovens se lançaram às ruas, também houve o abandono, embora parcial, de uma forma de convivência, as redes sociais. Para ir às ruas, tiveram que se distanciar das redes. Por isso, cabe perguntar o que dessa lógica da interação virtual se plasmou no contato real. Como essa plataforma ilimitada de mensagens, em que se cruzam sexos, ideologias, motivações e imagens, interferiu na constituição do movimento. De fato, foram esses suportes virtuais que permitiram uma outra prática inaugural: um ato político de massa precedido por um imperturbável silêncio.

### **A máscara trágica**

Em um livro dedicado ao uso de máscaras rituais em tribos indígenas da América do Norte, Lévi-Strauss (1979) mostra que as diferenças entre elas têm mais a ver com o fato de marcar diferenças entre povos que com a mensagem singular de cada uma. São as máscaras que marcam as diferenças. Esse também poderia ser o caso de duas pertencentes ao universo da cultura política contemporânea e das mobilizações de massas: Che Guevara e, agora, a máscara de V.

A comparação a princípio parece inapropriada, primeiramente porque o rosto de Che não é utilizado como máscara facial. Apesar disso, podemos dizer que a imagem do líder sul-americano compartilha certas características da máscara mágica, tal como definida no teatro grego (LESKY, 2010): trata-se de uma imagem com a capacidade de transferir ao portador a força e as propriedades nela representadas (Idem). No caso de Guevara, o poder de transferir a seus portadores a força e o símbolo do revolucionário.

Concordamos que o significante *revolução* tem múltiplos significados, mas a questão aqui é a imagem e seu poder de aderência sobre o portador. Contudo, entre essas duas máscaras há outras diferenças não menos importantes. Guevara foi uma figura histórica e V, um personagem de ficção. O primeiro pertence à história latino-americana; Já *V de vingança*, aos estúdios da Warner Bros. Mas, como já dissemos, V remete a um personagem histórico do século XVII. A história, como observou Nietzsche, sempre teve relações íntimas com

a ficção (BARRENECHEA, 2011). No caso do personagem de quadrinhos, o trajeto foi da ficção para a história; e com Che, da história para a ficção. Esse deslocamento foi muito bem capturado no documentário *Personal Che* (DUARTE e MARINO, 2007), que mostra como a imagem do líder foi sendo apropriada pelas mais diversas ficções, como a imagem de santo milagreiro na Bolívia, como motivo de uma ópera rock no Líbano, como emblema de um político anarquista em Hong Kong e na camiseta de um neonazista alemão.

Entretanto, V se transportou para nossa realidade. É uma face que perambula nas passeatas. Assim, uma máscara foi em uma direção e a outra na direção oposta. Elas não se cruzam, e isso implica que nunca conviverão no mesmo espaço. Na política não há convivência de fachadas, sempre uma é transbordada por outra, como mencionou Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2006). Uma máscara se retira ou é afastada, tanto faz. A questão é que, ao se afastar, sempre leva algo consigo. E com o afastamento, algo da política também se retira, e isso se confunde com os temas clássicos da tragédia, uma arte surgida precisamente acoplada ao uso de máscaras. Esse gênero, como observa Lesky (2010), é um cenário paradigmático no qual se representam paixões humanas radicais e concepções de mundo. Atores mascarados representando a experiência humana de enfrentar antinomias radicais, contradições irreconciliáveis no mundo dos homens e também dos deuses. O herói trágico se confronta, dolorosamente, com uma contraposição tão absoluta de valores que deve realizar um embate radical do qual não tem escapatória.

Como espectadores da tragédia, sabemos que nesse enfrentamento o personagem vai morrer e isso provoca um sentimento de aceitação. Porém, ao ver que aquele que cai em desgraça foi um lutador incansável que entregou sua vida para melhorar a situação de outros, o sentimento é de desespero. Na tragédia se combinam esses sentimentos que acompanham todo o percurso da queda trágica da personagem (LESKY, 2010, p. 32). A vida de Che Guevara pode se inscrever nesse registro trágico. Muito distante de V, que pertence a um outro gênero dramático. A máscara de um enredo romântico cujo entorno é o jogo burlesco e grotesco de um personagem transgressor capaz de expor ao ridículo os vícios públicos. Como diz o próprio personagem:

Você e eu, Evey! Nós dois contra o mundo. Ha, ha, ha! Um verdadeiro drama. Não é curioso como tudo termina em drama? Teatro é tudo, Evey, o perfeito êxtase, a grande ilusão. Eles se esqueceram dos dramas. Abandonaram os roteiros quando o mundo cintilou sob os clarões dos holofotes nucleares. Eu vou fazer com que se lembrem do drama, dos romances, das tramas policiais. Como vê, Evey, o mundo é um palco (MOORE e LLOYD, 2008, p. 33).

E nesse gênero também se inscrevem os cartazes das manifestações de junho, com sua forte carga irônica e burlesca: “Meu cu é ateu”; “Bem-vindo à Copa das Manifestações”; “Dilma, chama a educação de Neymar e investe nela”. Cartazes de autor que pareciam ser subtítulos sobre os vícios públicos. E esses cartazes-subtítulos se espalharam por meio de câmeras, celulares e filmadoras, recriando, em um outro plano, a figura do espectador da comédia. Assim, se tivéssemos que definir as manifestações de junho em termos de gênero narrativo, diríamos que foram fragmentos dramáticos. Cada microagenciamento um fragmento, o que produzia uma impactante noção de multiplicidade. Não havia rastros do núcleo trágico das manifestações de outrora.

Contudo, V contorna o tema trágico da vingança. Na tragédia sempre há motivos para a *vendetta* e o herói trágico realiza a passagem ao ato. Vinga-se e mata. Nada parecido aconteceu nas mobilizações de junho, mas houve, sim, descargas violentas (CANETTI, 1983), agressões contra pessoas e depredação de prédios públicos e comerciais. Momentos de descarga violenta que, segundo Canetti (Idem), está presente em todos os movimentos de massa nas mais diversas culturas, quando a massa “experimenta ela mesma o supremo sentimento de sua potência e paixão selvagem”, que se lança contra vidraças, mutila esculturas, ocupa espaços públicos. Ataca-se a hierarquia que já não se reconhece, e se atacam as distâncias que separam a massa do poder. Mas V não é um personagem trágico. Tem um sorriso amigável, porém desafiador. Provoca desconfiança, e de fato muitos blogueiros viram por trás daquela face a ação de anarcopunks, neonazistas e vândalos. Um neonazista arrependido denunciava que por trás dos que provocavam o caos e expulsavam os militantes de esquerda estavam os Vs de Anonymus (CONEXÃO JORNALISMO, 24/06/2013) e um reconhecido jornalista alertava: “Não há um ‘movimento’ em disputa, mas uma multidão sequestrada por fascistas”:

O que começou como uma grande mobilização social contra o aumento das passagens de ônibus e em defesa de um transporte público de qualidade está descambando a olhos vistos para um experimento social incontrolável com características fascistas que não podem mais ser desprezadas. A quem interessa uma massa disforme na rua, “contra tudo o que está aí”, sem representantes, que diz não ter direção, em confronto permanente com a polícia, infiltrada por grupos interessados em promover quebraadeiras, saques, ataques a prédios públicos e privados, ataques contra sedes de partidos políticos e a militantes de partidos, sindicatos e outros movimentos sociais? Como jornalista, militante político de esquerda e cidadão, já firmei uma convicção a respeito do que está acontecendo, uma multidão cuja direção (rumo) passou a ser atacar instituições públicas, sem representantes, sequestrada por grupos de extrema-direita (WEISSHEIMER, 2013).

Surgia uma distinção dentro das mobilizações, uma dupla massa (CANETTI) cujo comportamento mudava a natureza da manifestação e ameaçava assim a existência do movimento. Entretanto, o próprio movimento expressava pelas redes que a ausência de liderança e de metas estratégicas não era uma falta e sim uma virtude. E o mascarado, em seu transitar performático, também parecia rir das metas e das estratégias. Porém, nesse perambular sem meta exibia uma falta que é condição *sine qua non* da tragédia: o sujeito trágico tem plena consciência de seus dilemas; exprime em palavras tanto os motivos de suas ações como os dilemas e as forças irreconciliáveis que deve enfrentar. Mas se tratava de uma mobilização dramática e portanto esse núcleo trágico estava fora de cena ou talvez nas sombras do cenário. A questão do drama é a perplexidade, e V dialoga com esse sentimento. Na última cena do filme, os cidadãos de Londres são convocados a colocarem a máscara de V e marchar em direção ao Parlamento. Uma multidão mascarada assiste atônita à implosão da casa legislativa e nós, como espectadores manifestantes, moradores e transeuntes de grandes centros urbanos, partilhamos dessa perplexidade.

## Referências

- BADIOU, Alain. (1985), *Peut-on penser la politique?* Paris, Seuil.
- BARRENECHEA, Miguel Angel de; FEITOSA, Charles; PINHEIRO, Paulo [e] SUAREZ, Rosana (org). (2011), *Nietzsche e as ciências*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- CANETTI, Elias. (1983), *Masa y poder*. Barcelona, Alianza/Muchnik.
- CASTELLS, Manuel. (2013), *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CONEXÃO JORNALISMO. (24/06/2013), “Militante de extrema direita se diz arrependido e denuncia esquema de manipulação das passeatas: Denúncia é investigada”. *Conexão Jornalismo, Notícias Conexão*. Disponível (on-line) em: <http://www.conexaojornalismo.com.br/noticias/militante-de-extrema-direita-se-diz-arrependido-e-denuncia-esquema-de-manipulacao-das-passeatas-denuncia-e-investigada-1-12179>
- DIDI-HUBERMAN, Georges. (2011), *Lo que vemos, lo que nos mira*. Buenos Aires, Manantial.
- GABEIRA, Fernando. (21/06/2013) “Sra. Rousseff, alguma coisa está acontecendo”. *O Estado de S. Paulo*, p. A2.
- GOFFMAN, Erving. (1959), *The Presentation of Self in Everyday Life*. Nova York, Doubleday.
- HAYNES, Alan. (1994), *The Gunpowder Plot: Faith in Rebellion*. Paris, Sutton.
- HEGEL, Georg W. F. (2012), *Introducción a la historia de la filosofía*. Madri, Globus.
- JONES, Bryan D. (1994), *Reconceiving Decision-Making in Democratic Politics: Attention Choice and Public Policy*. Chicago, University of Chicago Press.
- LESKY, Albin. (2010), *A tragédia grega*. São Paulo, Perspectiva.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1979), *A via das máscaras*. São Paulo, Martins Fontes.
- LLOYD, David. (02/03/2010), “V de vendetta (entrevista com David Lloyd à Radio 3, Espanha)”. *La Higuera.net*. Disponível (on-line) em: <http://www.lahiguera.net/cinemanía/pelicula/1834/comentario.php>
- MAFFESOLI, Michel. (2004), *As transfigurações do político: A tribalização do mundo pós-moderno*. São Paulo, Instituto Piaget.
- MARX, Karl. (2006), *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Centauro.
- MCTEIGUE, James; WACHOWSKI, Andy [e] WACHOWSKI, Lary. (2005), *V de vingança (V for Vendetta)*. Filme, 35mm, 132min. RU/EUA/ALE, Warner Brothers/Virtual/Silver.
- MOORE, Alan [e] LLOYD, David. (2006), *V de vingança*. São Paulo, Panini.
- ROSANVALLON, Pierre. (2007), *La contrademocracia: La política en la era de la desconfianza*. Buenos Aires, Manantial.
- SINGER, André [e] EVELIN, Guilherme. (24/06/2012), “A energia social não voltará atrás”. *Época*, nº 787, p. 88-90.
- TURNER, Victor. (1974), *O processo ritual*. Petrópolis, Vozes.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. (21/06/2013), “Não há um ‘movimento’ em disputa, mas uma multidão sequestrada por fascistas”. *Carta Maior, Debate Aberto*. Disponível (on-line) em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=6155](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=6155)

**JAVIER ALEJANDRO LIFSCHITZ** ([javierlifschitz@gmail.com](mailto:javierlifschitz@gmail.com)) é professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio, Brasil). Tem doutorado em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, Brasil), mestrado em ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Brasil) e graduação em ciências sociais pela Universidad de Buenos Aires (UBA, Argentina).